

**LETRAS IN SITES:
CIBERESPAÇO E POLÍTICA DO SABER, NAS ESTADUAIS DA BAHIA¹**

Prof. Dr. Osmar Moreira
UNEB – Alagoinhas

Diferentemente da Sorbonne, site www.sorbonne.fr, fundada em 1257-1258 e que, segundo o seu reitor, já nasce internacional (pois reúne estudantes e professores da França, Normandia, Picarde e Inglaterra) e envolvida com a renovação da arte e teologia medievais a partir da introdução do direito e da medicina, além de mais tarde encampar as lutas associadas à invenção e à disseminação da idéia do humanismo ocidental, as universidades estaduais da Bahia, sites www.uesb.br, www.uesc.br, www.uneb.br e www.uefs.br, fundadas, a partir da reunião de cursos e/ou faculdades isoladas, ao longo da década de 70 e 80, do século passado, configuram-se num conjunto paradoxal de tensões e forças que as tem feito, ao mesmo tempo, localistas e sequiosas máquinas desejanter de uma intervenção global.

Se de um lado as universidades estaduais da Bahia figuram-se excluídas da linha de produção do conhecimento estimulada pela reforma de 1968, como também forçadas, pelos sucessivos governos carlistas, à evocação de um regionalismo e/ou localismo ingênuo, mais empenhado na reprodução que na geração de conhecimentos, por outro lado têm se constituído num signo e num sintoma dessas anomalias da relação entre o saber e o poder, de tal modo que, em vez de cercearem a criação e disseminarem o espírito da impotência entre nós pesquisadores, ao contrário, têm nos estimulado a uma elaboração epistemológica ousada e capaz de encarar e combater esse meio milênio de (sub)colonialismo cultural que têm, na Bahia, combinado tradição barroca e política do cabresto com táticas neo-escravistas de corte eletrônico-digital.

¹ Comunicação inscrita no simpósio *Literatura, mediações culturais e subalternidade fora do eixo “Bahia com H”* do VIII Congresso da ABRALIC – 23 a 26 de julho de 2002, UFMG, Belo Horizonte.

Enquanto a história da Sorbonne parece refletir e traduzir o conjunto de forças que atravessam a história da França (incorporação do humanismo, a censura e poder em tempos de absolutismo, a oxigenação e abertura com a revolução, a efetivação de um grande teatro entre ciência e política, em fins do século XIX, e a radical desconstrução acadêmica instaurada pelas forças intempestivas emergentes em maio de 68), as estaduais baianas, como que forçadas pela inconsciência da história, emergem sob esses lampejos revolucionários, mas formalmente amarradas a forças políticas – derivadas do regime militar no Brasil e na América latina – as mais cerceadoras da liberdade de expressão e do livre exercício do pensamento que já se teve notícia na história e na periferia do ocidente.

Não apenas se instituiu e se legitimou a ditadura com tudo aquilo que tinha de mais hediondo e nefasto para o corpo e para a vida subjetiva de um povo, mas se inaugurou, entre nós, uma política de (in)formação e/ou conhecimento que tanto falsificava quanto deformava os modos de luta e as formas diferenciais de uma outra e possível sociabilidade.

Além dessa linha de força histórico-política a que se associa a emergência das estaduais na Bahia, há também uma outra vinculada ao modelo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, adotado no Brasil, a partir da década de 30, e que respondia à necessidade de criação e fomento do chamado “verdadeiro espírito científico” – neutro e desinteressado – cuja idealização e projeto remonta à concepção de Humboldt ao estruturar e planejar a universidade de Berlim, no início do século XIX.

Como se pode constatar, de um lado estava a perseguição dos militares, do outro a vontade de pesquisa livre e desinteressada e, para complicar ainda mais esse cenário, ampliam-se, a partir dos anos 60, as linhas de alcance do imperialismo norte-americano que, levando ao limite a mercantilização da cultura, não só diluía as fronteiras entre o científico e o político, mas destroçava e punha por terra os parâmetros fundamentais do ideal humanista no ocidente.

Como pensar um projeto de universidade autônoma e democrática sob a égide do regime militar? Como encorajar e criar condições para a pesquisa “desinteressada” em universidades concebidas para o ensino e para a extensão? Como garantir o acesso de pessoas, sem condições financeiras, a uma universidade, cujo apoio e/ou serviço do estado encontra-se atrelado às forças mais espúrias de um capitalismo selvagem?

Para responder tais questões seria insuficiente recorrer a um historiador, sobretudo de linhagem marxista, porque além de não considerar as forças subjetivas da história e da cultura, ainda reduziria essa questão complexa (que envolve as forças diferenciais da ciência, da política e da economia) a um mero jogo de mercado sem se dar conta do mercantilismo de seu próprio discurso nem de sua incapacidade de ler os impasses das grandes narrativas políticas de emancipação da modernidade; nem seria suficiente também recorrer a um pensador da educação que, dividido entre levar a universidade à guerrilha ou fazê-la merecedora das benesses de uma sociedade tecnológica, se torna fraco e impotente para formular um problema correto e mais prudente quanto à criação de condições de emergência de um pensamento livre e comprometido com uma outra ética política; do mesmo modo seria insuficiente recorrer, enfim, à lógica que atravessa a tecnociência contemporânea, que, mais vinculada a um racionalismo produtivista, só faria retornar o mesmo binarismo que têm, ao longo de séculos, excluído as formas diferenciais de racionalidade.

Ninguém que perambule pelo ciberespaço que envolve as estaduais baianas deixaria de notar essa intrincada rede de tensões epistemológicas, essa vontade de produtivismo desenfreado, essa sombra de retórica malvada que conjuga pobreza real e reprimida com sedução virtual e fantasmagórica. É muito difícil constatar, de fato, o que querem e o que podem essas universidades.

A partir do projeto de pesquisa *Letras e crítica universitária na Bahia: da economia do fenômeno literário e da vontade de pesquisa de fontes ao entre-lugar como produção e ato crítico*, lotado no Departamento de Educação do Campus II – Alagoinhas – envolvemos seis bolsistas, PIBIC, PICIN, PROFIC², também preocupados com essa universidade que diz que pesquisa, para atender às exigências do CNPQ, CAPES e outros órgãos de fomento, mas que se move muito lentamente, quando não contra-movimenta-se, na vontade de criar as condições mínimas para tal (sala, computador, serviços reprográficos, recursos para viagens e/ou coletas de dados etc) ou o que é mais grave: essa universidade que, muitas vezes, prefere divulgar o que não produz a garantir o fomento, o desenvolvimento e a disseminação de suas forças intelectuais mais criativas e produtoras.

Tendo em vista não só a problemática, que envolve a atividade crítica universitária na Bahia, mas os impasses divisados entre o que a universidade diz que produz e o que ela de fato produz (vide ementas, programas de disciplinas, referência bibliográfica, entrevistas), elegemos a literatura, não como um campo disciplinar, mas, como um operador textual para garantir uma outra visibilidade das forças produtivas por aqui.

Como um campo disciplinar, em nossa avaliação, a atividade literária nas estaduais da Bahia, em linhas gerais, não tem muito a oferecer além de um conhecimento básico, tipo “feijão com arroz”, para enganar e prolongar a nossa histórica fome de conhecimento. Entretanto, como atividade transdisciplinar, visível e que atravessa alguns poucos projetos, creio ser a literatura, hoje, entre nós, o único lugar possível de encaminhamento de uma cartografia dos impasses e

² Os subprojetos são 1. *Corpo, poética e festa na Alagoinhas de 68* por Suzane Costa; 2. *Alagoinhas e a trabalhadora doméstica: a mesma domesticação?* por Ana Rita Gonçalves; 3. *O conceito de minoria política no discurso do MST* por Kelvo de Almeida Santos; 4. *O perfil da atividade literária nas universidades estaduais da Bahia* por Antonio Marcelo; 5. *Estudos literários e laboratório de crítica cultural na UFBA* por Márcia Lopes Hohenfeld; *Formação discursiva e política das Letras na UNEB* por Juliana Silva Santana e *O (des)encontro com a literatura (e/ou teoria) na UNEB: sob o crivo do estudante* por Manoela Falcón Silveira.

maracutaia dessa política do conhecimento que envolve ciência morna e despolitizada, tabelando com empresa tecnológica e estado minimal cínico.

Contra esse estado de coisas e criando certas condições de existência e florescimento de um pensamento intempestivo entre nós, selecionamos alguns projetos e/ou idéias em circulação nas quatro universidades de modo que pudéssemos conceber uma máquina de guerra móvel, nômade, de produção caseira que, apostando mais na operatividade e potência de uma ciência menor, não só se habilita ao combate de formas reativas no plano da linguagem e do discurso, mas alinha e ao mesmo tempo distribui formas, agenciamentos voltados para a constituição de um devir-pequenas coletividades alternativas comprometidas com uma revolução molecular intercampi e/ou interuniversitária.

Pensemos, por exemplo, no recorte metonímico realizado pelo “cinema presídio” da UESB³, nas rasuras epistemológicas que envolvem o estudo do semiárido e sertão da UEFS, nas possibilidades conceituais e reversivas da tendência agro-ecológica da UESC e, por fim, no devir-prático da teoria e/ou devir-teórico da prática postulado pelo “lingua(gem) e crítica cultural” da UNEB e teremos aqui não apenas a configuração dos primeiros pontos de uma rede transdisciplinar de pesquisa, mas a possibilidade de formulação de um conjunto de problemas capaz de convocar e mobilizar toda uma comunidade científica a rever paradigmas e a se envolver no sentido de uma outra posicionalidade menos conformista e mais instrumentalizada e crítica.

Quando através de sua “janela indiscreta”, que envolve o “cinema presídio”, se põe em questão a civilização da imagem e, além disso, faculta aos prisioneiros de Vitória da conquista

³ Não importa aqui se a metáfora do “cinema presídio” possa apenas estar associada a projetos como *Perfil criminológico da população carcerária da região Sudoeste da Bahia*, de Fábio Felix Ferreira, e *Letras de vida: conversas prisionais*, de Heleusa Figueira Câmara, ambos do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, mas de seus pontos de conexão com um outro tipo de aprisionamento subjetivo e/ou simbólico, típicos de uma cultura colonizada.

uma reflexão diferencial sobre sua condição, temos aí, inscrito, além de um gesto insólito de extensão universitária, a instalação de um laboratório do pensamento que envolve a liberação de um devir-homem livre do prisioneiro bem como e, ao mesmo tempo, um devir-monstro dessa linguagem que circunscreve e expõe a sua própria forma de funcionamento. Essa pesquisa da realidade carcerária e subjetiva, com o seu laboratório próprio de pensamento, tem a potência de por em jogo, também, tanto a forma da lei quanto o nível de justiça que se tem produzido entre nós.

É pelo crivo do cinema da fome, operando no precário e passando em revista a obra de cineastas como Griffith, Renoir, Wim Wenders, Walter Salles, que a lente digital do cinema com uma suplementar lente literária, dobra as formas da realidade e expõe as suas fissuras, as suas lacunas, as suas rapinas, deixando à vista as nervuras de seu deserto e ao mesmo tempo o fulgurante pontilhado de seus oásis.

Se esse laboratório do pensamento, visível na operação “cinema presídio” que a UESB realiza, expõe com tanta crueza o deserto a que chegamos e não faculta qualquer esperança ao oásis que precisamos, a ponto de não se saber muito como investir nesse trânsito entre o devir-livre do prisioneiro e o devir-monstro dessa textualidade colonizadora da subjetividade, figura-se, imprescindível, o movimento de uma outra pesquisa, a dos sertões, a dos grandes sertões que tanto a UNEB quanto a UEFS realiza.

Se no CEEC⁴, um olhar mais marxista ainda crê e investe na guerra de canudos como um parâmetro revolucionário para os povos excluídos do planeta terra, em alguns projetos da UEFS o tratamento dado não somente aos sertões, mas aquele deserto da subjetividade que o “cinema presídio” torna visível, teríamos uma experimentação no plano da linguagem poética – em

⁴ O CEEC (Centro de Estudos Euclides da Cunha) é um dos mais importantes centros de estudos sobre *Os Sertões* existentes no Brasil e está lotado na UNEB.

oficinas de criação, cursos de teoria em linhagem heideggeriana, concursos literários – que além das altas “travessias” ainda teria o poder de “dobrar” a língua portuguesa por dentro e reencenar, num gesto pessoano por excelência, a construção de outras máscaras, a multiplicidade de outras personas e, o que é mais importante, acreditar na “clareira do ser” e na abertura de um outro um marco, um grau zero da linguagem e a possibilidade de outros começos, outras práxis, outras redefinições de fronteiras.

Creio que o que ainda falta a esse trabalho de linguagem realizado pela UEFS seja a inserção de um elemento político forte, molecular, que combata o fenômeno literário por dentro, expondo seus ranços metafísicos, sua vontade de verdade, sua inoperância, e que, em vez de uma mera censura aos “elementos pestilentos” da linguagem literária contemporânea e de ainda continuar apostando na alta literatura, talvez fosse o caso de tomar a literatura apenas como um operador que, em conexão com outros olhares genealógicos, ajudasse a realizar a difícil operação “agroecológica” que tem ultimamente tomado de assalto a pesquisa na UESC.

Aquela oficina do pensamento que ganha corpo através do cinema da fome, na UESB, por certo proporia uma outra distribuição do “agrário”, uma outra partilha das terras e dos discursos, do mesmo modo que a oficina de criação literária, acostumada a lidar com trilhas e travessias, na UEFS, garantiria uma outra significação do “ecológico”.

Esse nomadismo metodológico, essa rede conceitual que envolve as ciências humanas e essa espécie de agro-bio-químicas, entre nós, é a nossa condição de sobrevivência ativa diante do aparato de poder que o “museu do descobrimento” envolve e que tanto pode nos seduzir e/ou conduzir a uma infundável e tardia pesquisa de fontes quanto pode nos estimular a uma transvaloração desses valores que, até hoje, têm sido mantidos a ferro e fogo pelos seus indisfarçáveis arcontes.

Se há na UESC um esforço descomunal da literatura para levantar o que os coronéis do cacau marcaram e legislaram com sangue camponês, solaparam e vilipendiaram utilizando os próprios índios e negros como instrumentos, naturalizaram e perpetuaram a partir de uma escrita cartorial que confunde e embaralha as origens, não podemos deixar de notar, também, o quanto esse esforço é re-apropriado, enfraquecido por uma retórica do turismo, por uma retórica do ecológico, que, operando num outro campo disciplinar, dita as normas do roteiro, as tomadas de cena, os novos cercados discursivos.

Se uma figuração da atividade política, na região do cacau, se torna visível na leitura e estudo dos primeiros romances de Jorge Amado, na leitura e estudo da obra de José Saramago bem como, e de uma outra perspectiva, em trabalhos político-subjetivos em torno da cultura indígena e a desapropriação de seus territórios, da África e a necessidade perlaboradora dos afro-descendentes, não poderíamos deixar de perguntar, que outras estratégias políticas teríamos que criar para que o nativo de Porto Seguro, em vez de atirado na favela, pudesse ainda circular livremente pela 5ª avenida em Arraial D'Ajuda; para que o *tour*, que envolve várias cidades da região, envolvesse, também, um trabalho de reconstrução da cidade subjetiva desse povo excluído há mais de 500 anos; para que a tv escola, como extensão à distância que envolve toda Bahia, pudesse ser a nossa principal referência teórico-metodológica para uma pedagogia da imagem nesse contexto, baiano e brasileiro, turbinado de imagens alienígenas.

O trabalho conceitual e prático que promoveria o trânsito entre o “agro” e o “ecológico” não pode prescindir dessa conexão rizomática que o cinema, a criação literária, uma política do texto cartorial e turístico possam estabelecer com a pesquisa em torno da lingua(gem) e crítica cultural que a UNEB, especificamente o campus II de Alagoinhas, tem desenvolvido.

A principal hipótese do projeto *Letras e crítica universitária na Bahia* é a de que não seria esse deslumbramento pela alta literatura e a obsessão pela pesquisa de fontes um traço metafísico

que, confundido com as mistificações da cultura baiana, teria impedido a crítica universitária de se afirmar como uma cultura política comprometida com a liberação da potência subalterna?

Para o *Núcleo de estudos da subalternidade*, no qual se insere o projeto acima referido, o subalterno (*sub-al/terno*) não é aquele que não fala, como quer ainda alguns intelectuais que precisam se afirmar como seus porta-vozes, mas todo aquele oprimido que tem, ao longo de milênios, aprendido a jogar, de uma forma ou de outra, com as alternâncias do poder. E desde a emergência do Terceiro mundo, operando entre o projeto capitalista e o socialista, já não se pode mais duvidar da potência política e transvaloradora que ganhou corpo, e efetividade histórica, entre os trópicos.

Se a Sorbonne, ao longo desses quase 800 anos, pôde construir uma imagem do mundo e redistribuí-la, intercambiá-la e fazê-la modelar entre e/com os seus pares institucionais que, no Brasil, *mutatis mutandis*, também exercem seus (sub)colonialismos sutis e disfarçados de uma eqüitativa distribuição do saber, as estaduais da Bahia, em seus ínfimos 30 anos de existência, têm aprendido a lidar com um material multisseriado e absolutamente desconhecido, como também têm tentado estabelecer conexões rizomáticas – entre os projetos de pesquisa, entre o conjunto de pesquisadores, entre as forças subjetivas, entre os esforços institucionais, entre essa rede de afetos e necessidades transcontinentais e periféricas – que se ainda não foram capazes de produzir e efetivar uma outra alternativa científica a partir, e por dentro, das maracutaias do governo da Bahia (que tem primado pelo domínio das prefeituras, pelo controle dos tribunais de conta e pelo aprisionamento do sujeito político com as suas pinças e coleiras eletrônicas) ao menos têm aprendido, também, a desconfiar que um outro mundo é possível: e sua imagem é livre como a de um pássaro selvagem!

Bibliografia

- ANDRADE, Oswald de. *A utopia antropofágica*. São Paulo: Globo/SEC-SP, 1990.
- BALIBAR, Étienne. *A filosofia de Marx*; trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1995.
- BARTHES, Roland. *Aula*; trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1980.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- DELEUZE, Gilles. *A imagem-tempo*. Trad. Eloísa de Araújo Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. *Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- JAMESON, Fredric. A lógica cultural do capitalismo tardio. In: *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- PESSOA, Fernando. *Obra Poética*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S/A, 1997.
- PIGLIA, Ricardo. *O laboratório do escritor*. São Paulo: Iluminuras, 1994.
- SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- SPIVAK, Gayatri Chakravoty. Can the subaltern speak? In: WILLIAMS, Patrick & CHRISMAN, Laura. *Colonial discourse and post-colonial theory*. New York: Harvester/Wheatsheaf, 1993.